

## AUDITOR FISCAL

# Governo do Estado convoca aprovados em concurso

### DA REDAÇÃO

O governador Rui Costa anunciou durante o #Papo-Correria, na noite de ontem, a convocação dos aprovados no concurso para auditor fiscal do Estado. O edital para entrega de documentos será publicado pelas secretarias da Administração (SaeB) e da Fazenda (Sefaz) hoje.

Ao todo, 77 pessoas devem comparecer à Coordenação de Recursos Humanos da Sefaz, no Centro Administrativo da Bahia (CAB). O edital de convocação estará disponível para ser consultado no Diário Oficial do Estado (DOE) e no Portal do Servidor.

De acordo com a publicação, os candidatos deverão apresentar originais e fotocópias de todos os documentos solicitados no edital. Os aprovados deverão se apresentar no prédio localizado na 2ª Avenida do CAB, nº 250, Bloco B, andar térreo (prédio da Seplan), das 8h30 às 11h30 e das 14h às 17h30, dentro do período estipulado.

### Exames

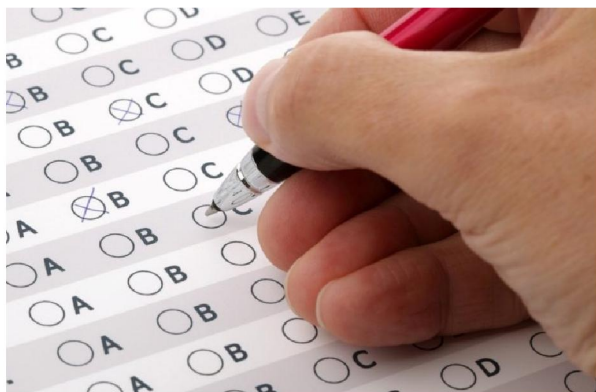
Na ocasião, os candidatos que se apresentarem com toda a documentação solicitada irão receber ofício para realização de exames pré-admissionais na Junta Médica Oficial do Estado da Bahia, procedimento necessário para a nomeação como servidor público do Estado. Quem não comparecer perde direito à vaga.

Lançado em 2019, o concurso preenche vagas para as áreas de Administração, Finanças e Controle Interno, de Tecnologia da Informação e de Administração Tributária. Homologado em dezembro de 2019, o concurso tem validade de um ano, podendo ser renovado por igual período.

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 04/03/2020	Coluna: Economia



## GOVERNO CONVOCA APROVADOS NO CONCURSO PARA AUDITOR FISCAL



4 Março, 2020

O governador Rui Costa anunciou durante o #PapoCorreria, na noite desta terça-feira (3), a convocação dos aprovados no concurso para auditor fiscal do Estado. O edital para entrega de documentos será publicado pelas secretarias da Administração (Saeb) e da **Fazenda (Sefaz-BA)** nesta quarta (4). Ao todo, 77 pessoas devem comparecer à Coordenação de Recursos Humanos da Sefaz-BA, no Centro Administrativo da Bahia (CAB). O edital de convocação estará disponível para ser consultado no Diário Oficial do Estado (DOE) e no Portal do Servidor.

De acordo com a publicação, os candidatos deverão apresentar originais e fotocópias de todos os documentos solicitados no edital. Os aprovados deverão se apresentar no prédio localizado na 2ª Avenida do CAB, nº 250, Bloco B, andar térreo (prédio da Seplan), das 8h30 às 11h30 e das 14h às 17h30, dentro do período estipulado. Na ocasião, os candidatos que se apresentarem com toda a documentação solicitada irão receber ofício para realização de exames pré-admissionais na Junta Médica Oficial do Estado da Bahia, procedimento necessário para a nomeação como servidor público do Estado da Bahia. Quem não comparecer perderá direito à vaga.

Lançado pela Saeb e Sefaz-BA em 2019, o concurso preenche vagas para as áreas de Administração, Finanças e Controle Interno, de Tecnologia da Informação e de Administração Tributária. “Os novos auditores são bem-vindos e chegam em boa hora para nos apoiar nas políticas destinadas a garantir a sustentabilidade fiscal do Estado”, afirma o **secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vítório**. O secretário acrescenta que “em meio à persistente crise econômica atual, eles vão nos ajudar a aprofundar as medidas que têm assegurado a preservação do equilíbrio fiscal pelo Estado da Bahia, que segue mantendo o pagamento dos salários rigorosamente em dia, honrando os compromissos com fornecedores e sustentando o nível dos investimentos e a operacionalização de todos os serviços em prol da população”.

Homologado em 17 de dezembro de 2019, o concurso tem validade de um ano, podendo ser renovado por igual período.

Veículo: Site Secom	
Data: 03/03/2020	

## Concurso

03/03/2020 19:58

# Governo convoca aprovados no concurso para auditor fiscal

O governador Rui Costa anunciou durante o #PapoCorreria, na noite desta terça-feira (3), a convocação dos aprovados no concurso para auditor fiscal do Estado. O edital para entrega de documentos será publicado pelas secretarias da Administração (Saeb) e **da Fazenda (Sefaz-BA)** nesta quarta (4).

Ao todo, 77 pessoas devem comparecer à Coordenação de Recursos Humanos da Sefaz-BA, no Centro Administrativo da Bahia (CAB). O edital de convocação estará disponível para ser consultado no Diário Oficial do Estado (DOE) e no **Portal do Servidor**.

De acordo com a publicação, os candidatos deverão apresentar originais e fotocópias de todos os documentos solicitados no edital. Os aprovados deverão se apresentar no prédio localizado na 2ª Avenida do CAB, nº 250, Bloco B, andar térreo (prédio da Seplan), das 8h30 às 11h30 e das 14h às 17h30, dentro do período estipulado.

Na ocasião, os candidatos que se apresentarem com toda a documentação solicitada irão receber ofício para realização de exames pré-admissionais na Junta Médica Oficial do Estado da Bahia, procedimento necessário para a nomeação como servidor público do Estado da Bahia. Quem não comparecer perderá direito à vaga.

Lançado pela Saeb e Sefaz-BA em 2019, o concurso preenche vagas para as áreas de Administração, Finanças e Controle Interno, de Tecnologia da Informação e de Administração Tributária. "Os novos auditores são bem-vindos e chegam em boa hora para nos apoiar nas políticas destinadas a garantir a sustentabilidade fiscal do Estado", afirma o **secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório**.

O secretário acrescenta que "em meio à persistente crise econômica atual, eles vão nos ajudar a aprofundar as medidas que têm assegurado a preservação do equilíbrio fiscal pelo Estado da Bahia, que segue mantendo o pagamento dos salários rigorosamente em dia, honrando os compromissos com fornecedores e sustentando o nível dos investimentos e a operacionalização de todos os serviços em prol da população".

Homologado em 17 de dezembro de 2019, o concurso tem validade de um ano, podendo ser renovado por igual período.

Veículo: Rádio Clube FM	
Data: 04/03/2020	Programa: Jornal da Cidade
Assunto: <b><u>Desconto no pagamento do IPVA.</u></b>	

**Data:** 03/03/2020

**Hora:** 07:37:16

**Duração:** 00:02:33

**Emissora:** CLUBE FM

**Programa:** JORNAL DA CIDADE (VT)

**Apresentador(a):** OUTROS

**Categoria:**

**Citação Direta:** Sim

**Impacto:** POSITIVO

**Sinopse:** Ainda dá tempo de aproveitar o **desconto do IPVA**. Quem realizar o pagamento integral na data de vencimento da primeira das 3 cotas do parcelamento terá desconto.

## A criminalização da dívida de ICMS

### **Bruno Branco**

Consultor tributário ICMS, membro da Câmara de Assuntos Tributários da Fecomércio-BA e do corpo técnico da Frente Parlamentar do Setor Produtivo da Alba

### **Bruno Nou**

Advogado sócio da Mendonça e Associados – Advogados, membro da Câmara de Assuntos Tributários da Fecomércio-BA e professor de direito tributário da Faculdade Wyden/Ruy Barbosa

**N**o dia 18 de dezembro de 2019, o STF decidiu, por 7 votos a 3, criminalizar a dívida fiscal de ICMS de empresas, o que causa, por óbvio, grande preocupação no meio empresarial.

Em que pese entendamos que tal decisão seja equivocada, o presente artigo não vai se debruçar sobre essa discussão jurídica. Nesse momento, pretendemos analisar os efeitos dessa perigosa decisão e demonstrar que não há motivo para pânico, pois existe um caminho a ser

percorrido até a eventual responsabilização penal, de modo que a discussão das cobranças injustas de ICMS por parte das empresas ainda é válida e deve sim ser implementada sem temor.

O primeiro ponto a se esclarecer é que a responsabilização penal pela dívida NÃO é automática. A tese firmada no julgamento do STF deixa evidente que somente a dívida de ICMS relativa a devedores contumazes, que tenham a intenção de burlar o Fisco e se apropriar dos valores do imposto, é que poderá ser le-

*Não há motivo para pânico, pois existe um caminho a ser percorrido até a eventual responsabilização penal*

vada à esfera penal.

No caso da Bahia, o devedor contumaz é aquele que não efetua o pagamento do ICMS apurado e declarado durante três meses consecutivos ou alternados e/ou deixa de adimplir os seus débitos, a título deste tributo, que não estejam com exigibilidade suspensa, desde que superiores a R\$ 500.000,00.

Em Brasília, o assunto repercutiu sonoramente, de forma que já existem alguns projetos de lei visando criar um melhor ambiente empresarial e ao mesmo tempo transparecer o que deve ser tipificado como crime de apropriação indébita, determinando que o mero inadimplemento de ICMS não pode ser considerado crime e nem pode caracterizar a intenção do contribuinte em fraudar a fiscalização tributária, a não ser que haja comprovação de artifício fraudulento.

Sonegador não declara imposto. Essa sempre foi uma máxima na área tributária. Pode-se, assim, concluir que o indivíduo que declarou tempestiva e regu-

larmente o tributo, claramente encontra-se em situação de boa-fé. Todavia, o contribuinte não tem como controlar as adversidades da atividade empresarial, alheias à sua vontade, que podem levar ao atraso ou inadimplemento da obrigação, por ele mesmo reconhecida, não sendo justo, assim, que sofra com uma persecução penal.

Em nenhum momento pode-se apoiar condutas criminosas que firam o sistema tributário, as estratégias de fiscalização e cruzamento de dados dos contribuintes. Tais medidas devem ser implementadas e apoiadas pela sociedade civil organizada. O sonegador cria uma concorrência tributária desleal e prejudica o ambiente de negócios, porém não se pode criminalizar a dívida tributária sob o pretexto de combater a sonegação.

O relevante neste momento é não fomentarmos a insegurança jurídica e prejudicar ainda mais a combatida e massacrada atividade econômica e empresarial do Brasil.

**EMPRÉSTIMO** Dezenove deputados votaram contra a liberação para governo captar novas verbas

## Alba aprova autorização de crédito interno no valor de R\$ 250 milhões

**RAUL AGUILAR**

A Assembleia Legislativa da Bahia (Alba) aprovou, na noite de ontem, uma autorização de crédito interno no valor de R\$ 250 milhões, junto ao Banco do Brasil (BB), solicitada pelo governador Rui Costa através de um projeto de Lei. A bancada de oposição e o deputado estadual Hilton Coelho (PSOL), da bancada independente, votaram contra a concessão de empréstimo. Em uma nota curta, no PL 23.747/2020, o governador explica que o recurso será utilizado para obras de infraestrutura.

O novo líder da oposição, o deputado estadual Sandro Régis (DEM), que substituiu o colega do democratas, o deputado Targino Machado, criticou o PL, que classificou como um "cheque em branco sem a devida explicação" ao Governo do Estado. "O governo precisa explicar esse projeto. Ele manda um projeto de três linhas pedindo esse montante... a Alba não pode se tornar uma secretaria do governo do estado", desabafou Régis.

O deputado Targino Machado, agora líder do Democratas na Alba, protestou em um pedido de ordem. "Não é possível que isso continue a existir na Bahia: a aprovação de um empréstimo sem sequer haver um plano de aplicação deste recurso. O volume de recursos destas operações de crédito é absurdo e, sem dúvidas, coloca em risco as contas do estado", afirmou.

O líder do governo na Al-



Os debates na Assembleia Legislativa de Bahia foram intensos, ao longo da sessão de votação realizada ontem

**Líder do governo, o deputado Rosenberg Pinto disse que projeto vai ajudar a melhorar infraestrutura**

ba, o deputado estadual Rosenberg Pinto (PT), disse que a explicação do valor solicitado pelo governador deverá ser efetuada na contratação da obra, e garantiu que o projeto vai ajudar no desenvolvimento do estado.

"É um empréstimo para fazer investimentos na área de infraestrutura. A especificação dos locais, tamanho das obras, isso tem que ficar definido na hora de levar o projeto para instituição financeira. Por isso, aqui, nos

aprovamos o valor e a área do investimento. Esse dinheiro vai servir para melhorar bastante a infraestrutura no Estado da Bahia", garante Pinto.

O líder do governo afirmou que o governo federal deve à Bahia mais R\$ 450 milhões e o 'calote', segundo ele, trata-se de uma perseguição política.

Desde que assumiu o Governo do Estado, em janeiro de 2015, o governador Rui Costa (PT) já tomou nove em-

préstimos em bancos nacionais e estrangeiros. A primeira operação de crédito aconteceu em 2015, quando o governador pegou emprestado R\$ 1,742 bilhão. Em 2016, o líder do executivo conseguiu o empréstimo de R\$ 3,457 bilhões. No ano de 2017, o valor solicitado foi de 100 milhões. Em 2018, o crédito solicitado para ser contratado junto às instituições financeiras foi de R\$ 1 bilhão. No ano passado, o valor foi de R\$ 172,4 milhões.

Uendel Guter / Ag. A TARDE

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política
Data: 04/03/2020	Página: 02

# Tribuna

## Raio Laser

### Empréstimo

O pedido de novo empréstimo do governador Rui Costa (PT) foi aprovado, no início da noite de ontem, no plenário da Assembleia Legislativa da Bahia. Encaminhado pelo

Executivo no último dia 10, o projeto de Lei nº

23.747/2020 prevê a contratação de operação de crédito interno no valor de R\$ 250 milhões junto ao Banco do Brasil para “investimentos previstos no Orçamento do Estado nas áreas de infraestrutura viária e mobilidade urbana”. Como já era esperado, votaram contra os deputados opositoristas Sandro Régis (DEM) – novo líder da Oposição -, Tiago Correia (PSDB), Capitão Alden (PSL), Pastor Tom (PSL), Jurailton Santos (Republicanos), além do independente Hilton Coelho (PSol).



**Rui Costa**

### Alvarás

No Papo Correria de ontem, o governador Rui Costa (PT) anunciou que depende apenas da Prefeitura para tocar as obras do VLT do Subúrbio e do novo tramo do Metrô em Salvador. Segundo Rui, que disse que irá procurar o prefeito ACM Neto (DEM) para tratar do assunto, assim que a Prefeitura liberar os alvarás, o governo vai iniciar as obras dos dois equipamentos.

### Isenção

O arquipélago do Marajó, no Pará, que abriga alguns dos municípios com o pior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil, pode receber um programa de isenção de impostos federais. Seria uma retribuição ao governo do estado, que baixou um decreto para isentar em 100% o ICMS de operações realizadas na região.



## Política

### Sob protestos da oposição, AL-BA autoriza governo a pedir empréstimo de R\$ 250 milhões



03 de Março de 2020 às 18:09 Por: *Divulgação* Por: *Redação BNews* 0 comentários

A Assembleia Legislativa da Bahia (AL-BA) autorizou que o governador Rui Costa (PT) possa fazer um pedido de empréstimo de R\$ 250 milhões ao Banco do Brasil. A aprovação do Projeto de Lei 23.747/2020 aconteceu na sessão desta terça-feira (3), sob protestos de deputados da bancada de oposição e do deputado Hilton Coelho (Psol). Segundo os opositoristas, a gestão do petista já realizou nove operações de crédito - somando o montante de R\$ 6 bilhões.

Sandro Régis (DEM), novo líder da bancada, afirmou que o Executivo nunca prestou contas dos empréstimos contraídos e que repetiu neste empréstimo o modus operandi dos demais.

“O governo deveria explicar detalhadamente como, quando e onde será aplicado este montante volumoso de recursos. Acredito que o parlamento deveria tomar outra atitude e cobrar mais transparência nestas operações de crédito”.

Hilton Coelho (Psol) também reclamou sobre a falta de clareza nas informações. “Me parece constrangedor a gente ter que fazer uma espécie de operação para saber onde serão aplicados esses 250 milhões”, ironizou.

Já o líder da bancada de governo, deputado Rosemberg Pinto (PT), explicou que os recursos serão dedicados a investimentos em infraestrutura viária e mobilidade urbana no estado.

“Os deputados de oposição votaram contra, mas é bom lembrar que quando se inaugura uma nova estrada, ela serve tanto para os eleitores que votaram com o governador, quantos para os que não votaram. Esse dinheiro será investido na infraestrutura e os próprios parlamentares contrários são os primeiros a cobrar melhores condições de estradas baianas”, defendeu.



Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 03/03/2020	Coluna: Economia



## ASSEMBLEIA APROVA EMPRÉSTIMO DE R\$ 250 MI PARA O GOVERNO DO ESTADO



3 Março, 2020

Nesta terça-feira (03), a Assembleia Legislativa da Bahia (Alba) aprovou o projeto que autoriza um empréstimo de R\$ 250 milhões ao governo do estado. A matéria foi enviada à Casa no início do mês passado pelo governador Rui Costa (PT).

O líder da oposição Sandro Régis (PSDB) pediu verificação de quórum por volta das 17h, momento em que a base governista estava fora do plenário. Após esforços de Rosemberg Pinto (PT), líder do governo, o número mínimo de deputados ocupou a Alba e a votação foi iniciada.

Foto: Divulgação/Alba

# Tribuna

## Encontro

Os auditores de controle externo do Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia, que compõem o Núcleo de Auditoria Operacional e de Projetos Cofinanciados com Recursos Externos – NAOP, se reuniram com representantes do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e com os dirigentes dos programas Prodetur e Mané Dendê, executados pela Prefeitura de Salvador com financiamento do banco. Os servidores do TCM são responsáveis pelas auditorias de acompanhamento – exigidas pelo BID – dos investimentos e das obras previstas nos contratos. O encontro ocorreu no Wish Hotel da Bahia e serviu para debater os desafios referentes às auditorias dos dois programas.

## Temas

Além da exposição das questões referentes aos processos de auditoria – o segundo em relação ao programa Prodetur e o primeiro no Mané Dendê – também foram debatidos temas relacionados à supervisão fiduciária dos programas, ferramenta para análise dos relatórios de auditoria e termos de referência de serviço de auditoria externa.

Veículo: Correio\*

Data: 04/03/2020

Caderno:

Página:

**Correio\***  
O QUE A BAHIA QUER SABER

# Satélite



*Os bastidores da política baiana*

POR JAIRO COSTA JÚNIOR

 jairo.junior@redebahia.com.br

 @satelite

**●● O governo teria que detalhar como, quando e onde será aplicado esse montante volumoso. A Casa deveria tomar outra atitude e cobrar mais transparência nessas operações**  
**Sandro Régis**

Líder da oposição na Assembleia Legislativa, ao criticar ontem a aprovação do projeto de lei que autoriza o governo Rui Costa (PT) a contrair empréstimo de R\$ 250 milhões junto ao Banco do Brasil

## Ladeira acima

Estatísticas mantidas sob sigilo pela Secretaria de Segurança Pública (SSP) revelam um aumento superior a 20% no número de assassinatos registrados no estado desde o início do ano, informaram integrantes do alto escalão da Polícia Civil. A tendência de crescimento dos chamados Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLIs) - homicídios dolosos, latrocínios e lesões corporais seguidas de morte - foi noticiada pela Satélite na última quinta, com base nos dados de 1º de janeiro a 9 de fevereiro relativos só a Salvador e Região Metropolitana, cujos índices ficaram, respectivamente, 17,8% e 23,9%, maiores que o mesmo período de 2019. O balanço consolidado dos dois primeiros meses de 2020, no entanto, apontou também um salto de CVLIs em outras regiões da Bahia.

### BAÚ DE SEGREDOS

De acordo com as fontes ouvidas pela coluna, a explosão da violência levou a SSP a restringir o acesso às estatísticas recentes sobre a criminalidade, disponíveis apenas para a equipe que compõe o núcleo-duro da pasta.

## Ciranda, cirandinha...

Em meio à curva ascendente de casos de mortes violentas na Bahia, ganharam corpo as especulações sobre a iminente troca na chefia da Polícia Civil. A possível saída do delegado-geral, Bernardino Brito Filho, foi antecipada na edição de segunda-feira. Ontem, membros da cúpula da corporação davam como certa a substituição de Brito Filho em curtíssimo prazo e confidenciaram a existência de uma queda de braço entre dois nomes cotados para o cargo: o diretor do Departamento de Repressão e Combate ao Crime Organizado (Draco), Marcelo Sansão, e a delegada-geral adjunta, Ana Carolina Rezende.

## Semente plantada

O secretário de Sustentabilidade e Inovação de Salvador, André Fraga (PV), decidiu se candidatar a vereador e já se prepara para deixar a pasta. Fraga foi convencido a entrar no páreo após dirigentes do PV apresentarem sondagens nas quais surge como único aliado do DEM com ampla aceitação por eleitores que gravitam entre o centro e a esquerda. Cria do movimento estudantil, ele é citado como opção de voto por projetos ambientais de destaque, a exemplo das Hortas Urbanas e Escolares, e pelo protagonismo obtido durante a Semana do Clima da ONU em Salvador.

## Jogo imobiliário

O governo federal vai pôr à venda 13 imóveis da União na Bahia avaliados em aproximadamente R\$ 50 milhões, sendo cinco na capital e oito em sete cidades do interior. O mais valioso é o terreno ao lado do Hospital Sarah Kubitschek, na Avenida Tancredo Neves, coração empresarial de Salvador, estimado em cerca de R\$ 40 milhões. A lista inclui ainda a antiga sede da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) no estado, situada no Rio Vermelho, e propriedades em Paulo Afonso, Ilhéus, Alagoinhas, Camacan, Santo Amaro, Valença e Iitororó.

## Roda solta

O Secretário Estadual da Administração, Edelvino Góes, abriu investigação contra um servidor suspeito de participar do furto de 50 pneus armazenados no almoxarifado central do órgão, na Mata Escura.

Veículo: Folha de São Paulo	Caderno: Mercado
Data: 04/03/2020	Página: --

## FOLHA DE S.PAULO

### PIB do Brasil cresce 1,1% em 2019, diz IBGE; resultado é menos da metade do projetado no início do ano

*É o terceiro ano seguido de fraco crescimento, o que reafirma retomada lenta após recessão*

4.mar.2020 às 9h00 Atualizado: 4.mar.2020 às 9h12

[Eduardo Cucolo](#) [Nicola Pamplona](#)

#### RIO DE JANEIRO

O PIB (Produto Interno Bruto) do Brasil cresceu 1,1% em 2019, primeiro ano do governo do presidente Jair Bolsonaro, segundo dados divulgados nesta quarta-feira (4) pelo IBGE.

Foi o [terceiro ano seguido de fraco crescimento da economia brasileira](#). Em 2017 e em 2018, a primeira divulgação do PIB mostrou expansão de 1,1%. Posteriormente, os dados foram revisados para 1,3%. Em 2015 e 2016, houve queda no PIB.

O resultado é menos da metade do projetado inicialmente pelos economistas. Em dezembro de 2018, às vésperas da posse do presidente Jair Bolsonaro, analistas do mercado financeiro renovaram a aposta na retomada e projetaram crescimento de 2,55%.

No fim de 2019, porém, a perspectiva já havia caído. A projeção dos principais analistas era de um PIB de 1,17%, segundo o Boletim Focus do Banco Central. Essa projeção havia caído levemente para 1,12% no boletim mais recente. Já analistas consultados pela agência Bloomberg esperavam, nos últimos dias, crescimento de 1,1% no ano e 0,5% no 4º trimestre em relação ao trimestre anterior.

O resultado veio também em linha com as projeções mais recentes do governo. Mas no início de 2019, alguns integrantes do governo chegaram a projetar uma alta de 2,9% no PIB do ano.

Apesar da desaceleração nos setores de comércio e serviços no último trimestre do ano, além da queda da indústria apontada na pesquisa de produção industrial do IBGE.

O IBGE também informou que, no quarto trimestre do ano passado, houve avanço de 0,5% em relação ao trimestre anterior e de 1,7% na comparação com o mesmo período de 2018. O PIB per capita ficou em R\$ 34.533 uma alta de 0,3% no ano.

O PIB é uma medida da produção de bens e serviços em um país em um determinado período e o seu aumento é utilizado como sinônimo de crescimento da economia. Em valores correntes, o PIB alcançou R\$ 7,257 trilhões em 2019.

Para 2020, a estimativa é uma alta de 2,17%, segundo pesquisa do Banco Central divulgada na segunda-feira (2). O resultado ainda estará aquém da média de 3% registrada de 1996 a 2014.

Considerando o resultado de 2019 e a projeção para 2020, esse deve ser o resultado mais fraco para o desempenho da economia brasileira nos dois primeiros anos de um mandato presidencial, desde o início de Plano Real, com exceção do verificado em 2015 e 2016, quando a economia teve retração por dois anos seguidos.

Em dezembro de 2018, às vésperas da [posse de Bolsonaro](#), as projeções apontavam para um crescimento da economia de cerca de 2,5% em 2019.

Fatores externos, como a [guerra comercial entre China e EUA](#) e a crise argentina, e internos, devido à [instabilidade política gerada pelo Executivo](#), contribuíram para o resultado mais fraco. Também houve frustração em relação aos efeitos esperados com a aprovação da reforma da Previdência e a liberação de recursos do FGTS.

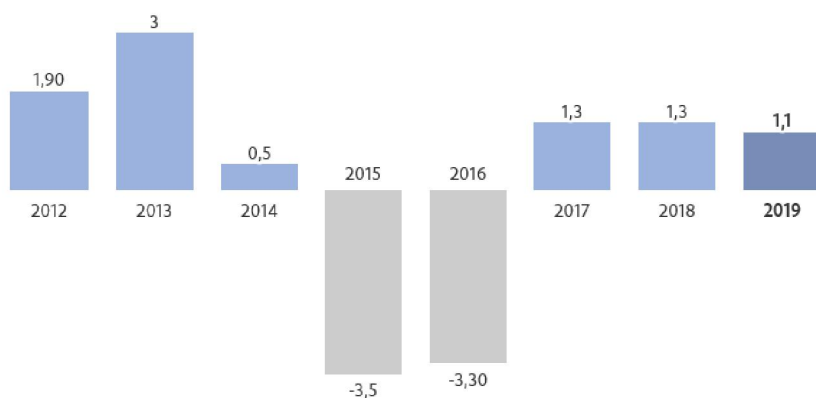
A redução da taxa básica de juros Selic para o seu mínimo histórico é uma das apostas para fomentar a atividade em 2020, mas os efeitos econômicos da epidemia de [coronavírus](#) e o efeito da instabilidade política no Brasil sobre a [agenda de reformas](#) aparecem como riscos para o crescimento neste ano.

Conforme análise recente divulgada pelo IBRE/FGV em seu Boletim Macro, os números do PIB mostraram que o consumo das famílias permanece como o principal combustível da recuperação no período pós-recessão, enquanto a carência de demanda no país concentra-se na falta de investimento.

Para o instituto, fatores como a falta de uma nova rodada de reformas econômicas no Brasil e as incertezas geradas pela epidemia de [coronavírus](#) podem frustrar, mais uma vez, as expectativas de retomada mais forte da economia brasileira.

### Evolução do PIB

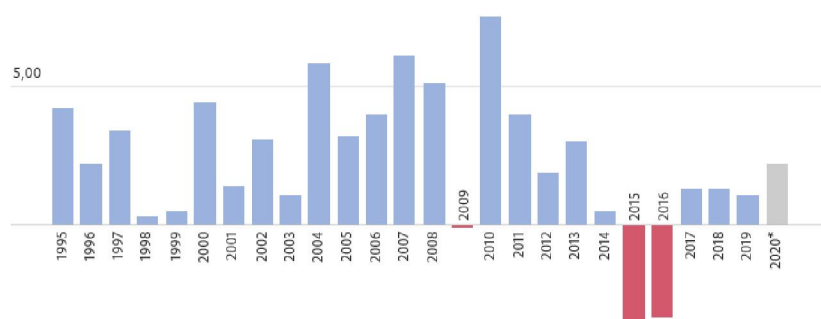
Em %



Fonte: IBGE

### Crescimento real do PIB

Em %



\*projeção do Boletim Focus de 2.mar

Fonte: IBGE

## FOLHA DE S.PAULO

# É a reforma?

## Medida provisória amplia contratação temporária de servidores sem concurso e suscita dúvidas

Esperava-se uma iniciativa emergencial para reforçar o atendimento do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), mas a medida provisória 922, editada na segunda-feira(2), foi muito além disso.

A norma baixada pelo governo Jair Bolsonaro estende a diversas atividades administrativas a possibilidade de contratação de servidores em caráter temporário, incluindo aposentados, sem concurso. Não por acaso, a MP despertou especulações sobre seus objetivos.

Os casos em que a gestão federal pode recrutar mão de obra sem as formalidades usuais, por "excepcional interesse público", estão listadas em uma lei de 1993.

No texto, já modificado em outras ocasiões, citam-se hipóteses como calamidades públicas e censos demográficos, além de outras mais pontuais, como serviços do Hospital das Forças Armadas.

Desta vez, criam-se ao menos oito novas possibilidades de contratação de servidores temporários, entre elas obras e serviços de engenharia, pesquisa e desenvolvi-

mento de produtos e serviços, redução de passivos processuais ou de volume de trabalho acumulado.

A MP ainda reduz as exigências de divulgação dos processos seletivos simplificados (que substituem os concursos públicos nesses casos) e os torna dispensáveis em um número maior de situações.

Diante de regras tão abrangentes, não tardou a suspeita de que a medida representa, na prática, uma primeira etapa da reforma da administração pública que o governo há meses promete enviar ao Congresso na forma de proposta de emenda constitucional.

A tese foi negada pela área econômica, mas a MP de fato contempla diretrizes do redesenho do serviço público em estudo — em particular, flexibilização da estabilidade do funcionalismo, desburocratização e redução de custos trabalhistas e previdenciários.

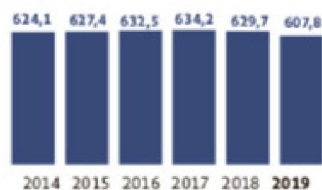
Enquanto o Planalto reluta em enfrentar essa batalha política, os gastos com pessoal, já elevados para os padrões internacionais, seguem crescendo acima da inflação, e o Orçamento se mantém congelado em termos reais.

Nas regras atuais, as únicas opções para economizar nessa rubrica são evitar reajustes e deixar de substituir servidores que morrem, aposentam-se ou mudam de área.

De resto, a MP 922 suscita preocupação por abrir larga margem para admissões de funcionários sem concurso público, cujo impacto ainda se mostra incerto. Trata-se de norma que implica o risco de desmandos e merece análise aprofundada por parte do Congresso.

### Quadro do Executivo federal encolhe

Em milhares de servidores civis ativos



Fonte: Ministério da Economia

# FOLHA DE S.PAULO

PAINEL

Camila Mattoso

painel@grupofolha.com.br

## Banco de reservas

Autoridades enxergam a medida provisória do emprego temporário, apresentada nesta segunda (2), como uma ferramenta que pode funcionar como válvula de escape em alguns órgãos, onde já se fala em colapso com a decisão de Paulo Guedes (Economia) de não abrir novos concursos. A MP aumenta o número de atividades cobertas por temporários, em prazo de 6 meses a 4 anos —ou seja, poderia evitar paralysias na máquina até o fim do mandato de Jair Bolsonaro.

**DANÇA DAS CADEIRAS** Carreiras típicas de Estado não podem ser cobertas por temporários, como policiais ou auditores fiscais. Mas, como ocorrerá no INSS, eles podem suprir o trabalho de profissionais hoje deslocados para ações burocráticas, liberando servidores para suas atividades.

**TRAVA** A avaliação deve ser feita por cada órgão sobre as vagas abertas, pois será preciso obedecer requisitos definidos pela MP, como indicar o intuito de prevenir danos ou graves riscos à população.

**TORCIDA** Líderes do Parlamento avaliam que, ao indicar que pretendem manter os vetos de Bolsonaro sobre o Orçamento, eles saem da linha de tiro das manifestações do próximo dia 15, esvaziando o discurso dos atos.

**ARQUIVE-SE** A Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social de São Paulo arquivou, no início de fevereiro, um inquérito que apurava o recebimento de propina por parte do presidente do Tribunal de Contas do Município, João Antônio.

**NÃO VI** O Ministério Público investigou a denúncia de que João Antônio, por meio de funcionários do TCM, teria pedido R\$ 30 milhões para permitir a manutenção de contratos de varrição na capital paulista em 2017. Segundo os promotores, não há "mínimos indícios" de que isso tenha acontecido.

**PREVENÇÃO** Dados da Defesa Civil mostram que apenas quatro cidades do estado de São Paulo montaram um plano de resiliência, como parte de um programa da ONU

**HORIZONTE** O MDB do Senado avisou a Davi Alcolumbre (DEM-AP) que não abre mão da relatoria do Orçamento do ano que vem —Eduardo Braga (AM) é favorito. O cargo se tornou um dos mais cobiçados desde que o Congresso definiu que o relator tem poder sobre o uso de fatia relevante das despesas públicas.

**COBRANÇA** Insatisfeito com o atendimento a Goiás pelo BNDES, o governador Ronaldo Caiado (DEM) cobrou o presidente do banco, Gustavo Montezano, em reunião nesta segunda (2), com o argumento de que opositores estão sendo mais bem tratados do que os aliados de Jair Bolsonaro, como ele.

**APOIO** A queixa se deve ao foco do BNDES na privatização da Cedae, companhia de saneamento do Rio de Janeiro, governado por Wilson Witzel (PSC), rival de Bolsonaro. Caiado quer apoio da estatal para o lançamento de ações da empresa goiana de saneamento.

**TODO MUNDO** Segundo o BNDES, sete estados devem ser atendidos na estruturação de concessões na área de saneamento neste ano. Depois do Rio, Alagoas será o próximo.

te de um programa da ONU ao qual aderiram nos últimos anos. A iniciativa busca montar ações que reduzam o impacto de tragédias como a que atingiu a Baixada Santista nesta terça (3).

**VAZIO** Ao todo, 466 municípios estão cadastrados, mas a grande maioria não desenvolveu diretrizes concretas.

**VIAGEM** O ministro Sergio Moro (Justiça) viaja nesta quarta (4) pela primeira vez com empresários. O ex-juiz vai aos Estados Unidos fazer visita técnica para verificar como funciona o modelo norte-americano de combate a crimes cibernéticos.

**COMITIVA** Em outubro, o ministro assinou acordo de cooperação sobre o tema com a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Na comitiva, estão representantes, por exemplo, da Microsoft e do Grupo Globo.

**VISITA À FOLHA** A presidente-executiva da Sabin Medicina Diagnóstica, Lídia Freire Abdalla, visitou a Folha nesta terça (3). Estava acompanhada de Andrea Pinheiro, gerente de marcas e comunicação corporativa, e Viviane Melem, assessora de imprensa.

Veículo: Política Livre	
Data: 04/03/2020	Caderno: Economia



04 de março de 2020 | 09:30

## ***PIB de 2019 cresce 1,1% e frustra expectativas de retomada da economia***

### **ECONOMIA**

O crescimento de apenas 1,1% do Produto Interno Bruto (PIB, valor de todos os bens e serviços produzidos na economia) em 2019, informado nesta quarta-feira, 4, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), frustrou, pelo segundo ano consecutivo, as expectativas de uma retomada mais firme da atividade econômica. O padrão se repetiu em vários anos desta década. Entre os economistas, já há quem chame os anos 2010 de “década frustrada”. O movimento tende a se repetir este ano, com os efeitos do surto do novo coronavírus como vilão da frustração.

Em 2019, no fim das contas, a economia cresceu menos da metade do que projetavam analistas e economistas na primeira semana do ano passado – as projeções apontavam um crescimento de 2,53%, conforme as estimativas coletadas pelo Banco Central (BC) no Boletim Focus. O mesmo ocorreu em 2018. As projeções começaram o ano apontando para crescimento de 2,69%, mas o PIB acabou avançando apenas 1,32%.

“Ano após ano, com exceção de 2017, a gente frustrou o que se esperava para o crescimento brasileiro. É uma frustração em sequência”, afirmou o economista Ricardo Barboza, professor colaborador do Coppead, instituto de pós-graduação em administração da UFRJ.

Em 2017, as projeções compiladas pelo BC apontavam para um crescimento de 0,5% na primeira semana do ano, mas a economia acabou avançando 1,32%, mais do dobro do esperado inicialmente. Em todos os outros anos desde 2011, o desempenho efetivo do PIB ficou abaixo do que apontavam as projeções na primeira semana de cada ano.

Barboza fez um estudo mais amplo, considerando não apenas a projeção para um ano, mas para os quatro anos seguintes. O quadro de frustração fica ainda mais claro. No início de 2012, por exemplo, as projeções apontavam para crescimento de 3,30% naquele ano, 4,25%



em 2013, 4,50% em 2014 e 2015. Na realidade, o PIB teve as seguintes variações: 1,92% (2012), 3,0% (2013), 0,5% (2014) e -3,55% (2015).

Segundo Barboza, embora algumas projeções possam ser feitas com pouco embasamento, mais na base da “torcida”, a metodologia para o cálculo das estimativas, com uso de modelos matemáticos ou cenários, é uma “tecnologia comum”, muito difundida entre economistas – além disso, séries estatísticas recentes e a falta de estabilidade na economia tornam o trabalho de projetar mais impreciso.

A frustração das expectativas estaria mais associada a uma “falta de pragmatismo” na condução da política econômica do que a um excesso de erros por parte dos economistas. Essa “falta de pragmatismo” estaria associada à insistência em adotar políticas de estímulo à demanda, na primeira metade da década de 2010, quando havia sinais de que a economia estava aquecida demais, e à adoção do receituário oposto, com o foco exclusivo em reformas de longo prazo, sem qualquer apoio à demanda, quando há sinais de excesso de ociosidade na economia, de 2016 para cá.

O professor do Departamento de Economia da Universidade de Brasília (UnB) José Luís Oreiro chama a atenção para a imprecisão dessas projeções. São “palpites informados”, na avaliação do professor, que vê movimentos estruturais – como a desindustrialização, a derrubada dos investimentos e a longa duração do elevado desemprego – por trás do baixo crescimento desde que o Brasil saiu da recessão, em 2017.

Gustavo Arruda, economista-chefe do banco BNP Paribas, vê uma dificuldade adicional para as projeções nos últimos anos, relacionada a uma mudança no modelo econômico do País. Durante décadas, a economia brasileira teve o setor público, via gastos dos governos ou expansão de bancos públicos e empresas estatais, como motor do crescimento. Segundo o economista, como era insustentável, esse modelo está sendo substituído por outro, com crescimento puxado via setor privado.

“O que as pessoas não estavam esperando é que essa mudança não é de uma hora para outra”, afirmou Arruda, acrescentando que, além de demorada, a transição de modelo econômico também beneficia determinados setores e regiões, em detrimento de outros. Um estudo do BNP Paribas sugere que, em regiões do País com menor peso do setor público, como em São Paulo e nas regiões Sul e Centro-Oeste, a economia já está crescendo na casa de 2,5% ao ano, mais próximo do ritmo indicado nas projeções.

Segundo Arruda, se, por um lado, a transição entre os modelos leva a um menor crescimento econômico no curto prazo, no longo prazo, a economia deverá se sair melhor. Tanto que, após revisar a projeção de crescimento para 2020 de 2,0% para 1,5%, em função dos impactos negativos do surto do novo coronavírus, o BNP Paribas manteve a estimativa de que o PIB brasileiro poderá avançar 3,0% em 2021, quando, além dos avanços no modelo econômico, os efeitos dos juros baixos sobre a alta do consumo e dos investimentos serão maiores.

**Estadão**

## FOLHA DE S.PAULO

# É a reforma?

## Medida provisória amplia contratação temporária de servidores sem concurso e suscita dúvidas

Esperava-se uma iniciativa emergencial para reforçar o atendimento do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), mas a medida provisória 922, editada na segunda-feira(2), foi muito além disso.

A norma baixada pelo governo Jair Bolsonaro estende a diversas atividades administrativas a possibilidade de contratação de servidores em caráter temporário, incluindo aposentados, sem concurso. Não por acaso, a MP despertou especulações sobre seus objetivos.

Os casos em que a gestão federal pode recrutar mão de obra sem as formalidades usuais, por "excepcional interesse público", estão listadas em uma lei de 1993.

No texto, já modificado em outras ocasiões, citam-se hipóteses como calamidades públicas e censos demográficos, além de outras mais pontuais, como serviços do Hospital das Forças Armadas.

Desta vez, criam-se ao menos oito novas possibilidades de contratação de servidores temporários, entre elas obras e serviços de engenharia, pesquisa e desenvolvi-

mento de produtos e serviços, redução de passivos processuais ou de volume de trabalho acumulado.

A MP ainda reduz as exigências de divulgação dos processos seletivos simplificados (que substituem os concursos públicos nesses casos) e os torna dispensáveis em um número maior de situações.

Diante de regras tão abrangentes, não tardou a suspeita de que a medida representa, na prática, uma primeira etapa da reforma da administração pública que o governo há meses promete enviar ao Congresso na forma de proposta de emenda constitucional.

A tese foi negada pela área econômica, mas a MP de fato contempla diretrizes do redesenho do serviço público em estudo — em particular, flexibilização da estabilidade do funcionalismo, desburocratização e redução de custos trabalhistas e previdenciários.

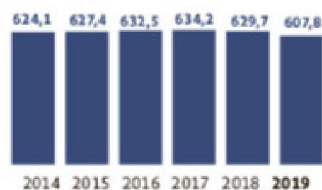
Enquanto o Planalto reluta em enfrentar essa batalha política, os gastos com pessoal, já elevados para os padrões internacionais, seguem crescendo acima da inflação, e o Orçamento se mantém congelado em termos reais.

Nas regras atuais, as únicas opções para economizar nessa rubrica são evitar reajustes e deixar de substituir servidores que morrem, aposentam-se ou mudam de área.

De resto, a MP 922 suscita preocupação por abrir larga margem para admissões de funcionários sem concurso público, cujo impacto ainda se mostra incerto. Trata-se de norma que implica o risco de desmandos e merece análise aprofundada por parte do Congresso.

### Quadro do Executivo federal encolhe

Em milhares de servidores civis ativos



Fonte: Ministério da Economia

# FOLHA DE S.PAULO

PAINEL

Camila Mattoso

painel@grupofolha.com.br

## Banco de reservas

Autoridades enxergam a medida provisória do emprego temporário, apresentada nesta segunda (2), como uma ferramenta que pode funcionar como válvula de escape em alguns órgãos, onde já se fala em colapso com a decisão de Paulo Guedes (Economia) de não abrir novos concursos. A MP aumenta o número de atividades cobertas por temporários, em prazo de 6 meses a 4 anos —ou seja, poderia evitar paralysias na máquina até o fim do mandato de Jair Bolsonaro.

**DANÇA DAS CADEIRAS** Carreiras típicas de Estado não podem ser cobertas por temporários, como policiais ou auditores fiscais. Mas, como ocorrerá no INSS, eles podem suprir o trabalho de profissionais hoje deslocados para ações burocráticas, liberando servidores para suas atividades.

**TRAVA** A avaliação deve ser feita por cada órgão sobre as vagas abertas, pois será preciso obedecer requisitos definidos pela MP, como indicar o intuito de prevenir danos ou graves riscos à população.

**TORCIDA** Líderes do Parlamento avaliam que, ao indicar que pretendem manter os vetos de Bolsonaro sobre o Orçamento, eles saem da linha de tiro das manifestações do próximo dia 15, esvaziando o discurso dos atos.

**ARQUIVE-SE** A Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social de São Paulo arquivou, no início de fevereiro, um inquérito que apurava o recebimento de propina por parte do presidente do Tribunal de Contas do Município, João Antônio.

**NÃO VI** O Ministério Público investigou a denúncia de que João Antônio, por meio de funcionários do TCM, teria pedido R\$ 30 milhões para permitir a manutenção de contratos de varrição na capital paulista em 2017. Segundo os promotores, não há "mínimos indícios" de que isso tenha acontecido.

**PREVENÇÃO** Dados da Defesa Civil mostram que apenas quatro cidades do estado de São Paulo montaram um plano de resiliência, como parte de um programa da ONU

**HORIZONTE** O MDB do Senado avisou a Davi Alcolumbre (DEM-AP) que não abre mão da relatoria do Orçamento do ano que vem —Eduardo Braga (AM) é favorito. O cargo se tornou um dos mais cobiçados desde que o Congresso definiu que o relator tem poder sobre o uso de fatia relevante das despesas públicas.

**COBRANÇA** Insatisfeito com o atendimento a Goiás pelo BNDES, o governador Ronaldo Caiado (DEM) cobrou o presidente do banco, Gustavo Montezano, em reunião nesta segunda (2), com o argumento de que opositores estão sendo mais bem tratados do que os aliados de Jair Bolsonaro, como ele.

**APOIO** A queixa se deve ao foco do BNDES na privatização da Cedae, companhia de saneamento do Rio de Janeiro, governado por Wilson Witzel (PSC), rival de Bolsonaro. Caiado quer apoio da estatal para o lançamento de ações da empresa goiana de saneamento.

**TODO MUNDO** Segundo o BNDES, sete estados devem ser atendidos na estruturação de concessões na área de saneamento neste ano. Depois do Rio, Alagoas será o próximo.

te de um programa da ONU ao qual aderiram nos últimos anos. A iniciativa busca montar ações que reduzam o impacto de tragédias como a que atingiu a Baixada Santista nesta terça (3).

**VAZIO** Ao todo, 466 municípios estão cadastrados, mas a grande maioria não desenvolveu diretrizes concretas.

**VIAGEM** O ministro Sergio Moro (Justiça) viaja nesta quarta (4) pela primeira vez com empresários. O ex-juiz vai aos Estados Unidos fazer visita técnica para verificar como funciona o modelo norte-americano de combate a crimes cibernéticos.

**COMITIVA** Em outubro, o ministro assinou acordo de cooperação sobre o tema com a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Na comitiva, estão representantes, por exemplo, da Microsoft e do Grupo Globo.

**VISITA À FOLHA** A presidente-executiva da Sabin Medicina Diagnóstica, Lídia Freire Abdalla, visitou a **Folha** nesta terça (3). Estava acompanhada de Andrea Pinheiro, gerente de marcas e comunicação corporativa, e Viviane Melem, assessora de imprensa.

# Bolsonaro pede estudos a Guedes para criar Zona Franca do Marajó

*Presidente voltou a afirmar que a dificuldade para construir o Linhão do Tucuruí, obra que melhoraria o abastecimento de energia na região, é resultado de demarcações "sem responsabilidade" de terras indígenas e quilombolas*

**Mateus Vargas, O Estado de S.Paulo**

03 de março de 2020 | 19h31

BRASÍLIA - O presidente Jair Bolsonaro disse nesta terça-feira, 3, que pediu ao ministro da **Economia, Paulo Guedes**, estudos para conceder incentivos fiscais para negócios na Ilha de Marajó, no Pará. “Seria algo como uma Zona Franca de Marajó. Tenho certeza que alguma coisa sairá”, afirmou o presidente.



Jair Bolsonaro, presidente da República, e Paulo Guedes, ministro da Economia Foto: Dida Sampaio/Estadão

A declaração de Bolsonaro foi feita durante lançamento do programa Abraça o Marajó, no Palácio do Planalto. O governador do Pará, **Helder Barbalho (MDB)**, havia cobrado no mesmo evento que o governo federal retirasse impostos sobre a região, como já teria feito o governo estadual.

Bolsonaro voltou a afirmar que a dificuldade para construir o Linhão do Tucuruí, obra que melhoraria o abastecimento de energia na região, é resultado de demarcações "sem responsabilidade" de terras indígenas e quilombolas. Ele disse que as terras foram delimitadas em gestões passadas para atender a interesses estrangeiros.

No evento, Bolsonaro disse que é satisfatório comandar governo "onde toda semana temos boas notícias" e que, em 14 meses, não foi atingido por "denúncia qualquer sobre corrupção". O ministro do Turismo, **Marcelo Álvaro Antônio (PSL)**, porém, foi denunciado no ano passado por suposto **uso de candidaturas laranjas na campanha eleitoral passada.**

### **Abrace o Marajó**

Segundo o governo, o programa propõe "melhorar o IDH dos municípios da região" da Ilha do Marajó "a partir da ampliação do alcance e do acesso da população marajoara aos direitos humanos". Foram firmados acordos com BNDES, Caixa e Banco do Brasil.

"Vamos cuidar de preservação (da floresta na região), mas também de quem vive lá e esteve invisibilizado durante séculos. Esse povo vai ser cuidado", disse a ministra da Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damarens Alves.

Segundo a ministra, a ideia do governo é "acabar" com a exploração sexual e agressão de mulheres na região. "Mando recado aos agressores de mulheres: acabou para vocês, o barquinho cor de rosa está chegando", disse, referindo-se a um barco que irá circular na região para atender à população.

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 04/03/2020	Coluna: Economia



## PREÇOS DOS COMBUSTÍVEIS NOS POSTOS RECUAM NA SEMANA, DIZ ANP



4 Março, 2020

Os preços dos combustíveis recuaram na semana encerrada no dia 29 de fevereiro, segundo dados divulgados nesta terça-feira (03) pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

De acordo com o levantamento da ANP, o valor médio do litro da gasolina para o consumidor recuou 0,04%, para R\$ 4,535, na quinta queda consecutiva. Já o preço do litro do diesel caiu 0,64% no período, para R\$ 3,677, em média, pela sexta semana seguida. O litro do etanol ficou estável na semana em R\$ 3,241. (G1)

Foto: Marcelo Brandt/G1

Veículo: Correio\*

Data: 04/03/2020

Caderno:

Página:

**Correio\***  
O QUE A BAHIA QUER SABER

# miriam leitão



[blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/](https://blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/)

Na economia também foi uma superterça. O movimento de ontem no mercado americano mostrou o tamanho da crise provocada pelo novo coronavírus. O FED fez uma reunião de emergência e cortou os juros. As Bolsas subiram e depois despencaram. A ação foi entendida não como um estímulo, mas como alerta. Mais cedo, a Austrália também havia cortado os juros. E a Malásia. O FMI avisou que talvez não faça o encontro de abril. O Banco Central brasileiro soltou nota indicando futuros cortes. O Banco Mundial anunciou linha para auxiliar os países a enfrentarem os efeitos da crise, e o G7 fez uma reunião para discutir o que pode ser feito. Os BCs europeu e inglês defenderam medida para equilibrar a economia. No Japão, informou-se que os Jogos Olímpicos podem ser adiados.

O grande problema da epidemia do Covid-19 é quais são os instrumentos econômicos apropriados para lidar com uma crise como esta. A produção está caindo não por uma desaceleração clássica, mas porque há falta de peças e componentes. O consumo está encolhendo porque as pessoas suspendem reuniões e evitam lugares públicos. Os instrumentos convencionais

não funcionam.

A revista Economist usou um título recente que define o momento: "Globalização em quarentena." A reportagem tratava de um assunto específico, mas o título reflete de forma ampla o momento de separação entre países, controle de fronteiras, redução da circulação de mercadorias.

O fechamento de fábricas na China afetou países em série e isso terá impacto sobre a economia mundial.

Estão sendo revistas no mundo inteiro as previsões de crescimento. Do Brasil, só ontem, a consultoria Capital Economics cortou a projeção de crescimento em 2020 de 1,5% para 1,3% e o Goldman Sachs cortou de 2,2% para 1,5%. Outras instituições estão esperando o

resultado do PIB de 2019, que sai hoje, para voltar a fazer contas.

A OCDE cortou a projeção do PIB mundial em meio ponto, para 2,4%, no melhor cenário, de impactos mais localizados na China. No pior, a desaceleração chegará a 1,5%, com a epidemia espalhando pela Ásia, Pacífico e hemisfério Norte.

As estimativas da China sofreram o maior corte, de 5,7% para 4,9%. Para o Brasil, foram mantidas em 1,7% este ano e 1,8% no ano que vem.

A entidade explicou que o vírus atingiu a economia em várias frentes. As medidas de contenção levaram a quarentenas, restrições de viagens e fechamentos de espaços públicos. Pelo lado da oferta, fábricas ficaram fechadas, serviços deixaram de ser fornecidos com impactos

nas cadeias de suprimento. Pelo lado da demanda, houve queda da confiança, redução do turismo e de serviços de educação e entretenimento.

A economia chinesa hoje representa mais de 15% do PIB mundial, mais de 10% do comércio e 9% do fluxo de turistas. Por isso, a desaceleração do país preocupa e terá efeitos em cascata. Os países exportadores de commodities serão afetados. Para se ter uma ideia, a China importa quase 60% de todo o alumínio vendido mundialmente, mais de 50% do cobre e quase a metade do níquel.

Se na China há falta de informação sobre o tamanho real da paralisação no país, aqui no Brasil entidades setoriais têm feito sondagens para medir os impactos econômicos do corona-

vírus. O presidente da Abinee, que representa o setor de eletroeletrônicos, Humberto Barbato, explica que o problema é que algumas informações são consideradas estratégicas pelas companhias.

"Ninguém quer mostrar o seu nível de estoque. É uma informação guardada a sete chaves porque pode demonstrar vulnerabilidade. Nossa melhor expectativa é que a China consiga superar a crise neste mês de março e volte a produzir plenamente em abril", explicou.

Os segmentos de telefonia celular e computadores têm sido os mais afetados dentro do setor de eletroeletrônicos no Brasil, pela falta de peças e componentes. E não há outros fornecedores disponíveis no mundo para se importar. Até porque é preciso um período de testes que minimizem o risco das fábricas brasileiras.

O maior problema sempre será a proteção da vida humana e a luta para vencer um vírus que ainda não está sob o controle dos médicos e dos cientistas. Ainda se aprende a cada dia sobre sua capacidade de dispersão e letalidade. Enquanto isso, a economia mundial oscila entre o pânico e a incerteza.



Veículo: Correio*	Caderno:
Data: 04/03/2020	Página:



---

## REFORMA DA PREVIDÊNCIA DE SERVIDOR PAULISTA É APROVADA

**SÃO PAULO** Por 59 votos a 32, o plenário da Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) aprovou, ontem, a reforma da Previdência do estado. A sessão ocorreu em meio a protestos entre servidores contrários à matéria. A tropa de choque da Polícia Militar foi convocada para conter o tumulto que se instalou por volta das 11h. A proposta de mudança previdenciária estadual prevê, dentre outros pontos, um aumento na alíquota de contribuição de 11% para 14% e idade mínima para aposentadoria de 62 anos para mulheres e 65 para homens.

**O governo diz que as alterações nas regras das aposentadorias vai permitir uma economia de R\$ 32 bilhões em dez anos**

---

# Tribuna

Guedes negocia cobrança para o setor de serviços

## Novas alíquotas de contribuição à Previdência no país já estão em vigor, de 7,5% a 14%

### ESTADÃO CONTEÚDO

Representantes do setor de serviços retomaram as conversas com a equipe econômica para negociar a fixação de três alíquotas diferentes para a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), o novo tributo que o governo vai propor ao Congresso para substituir o PIS/Cofins. O envio da proposta, prometido pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, para novembro do ano passado, está três meses atrasado.

A discussão corre paralela à tramitação das duas propostas de reforma tributária que tramitam no Congresso e que unificam os tributos da União, Estados e municípios sobre o consumo, entre eles, o PIS/Cofins (governo federal), ICMS (Estados) e ISS (municípios). O governo tem insistido na avaliação de que a proposta de CBS é "totalmente aderente" aos projetos de reforma tributária em tramitação no Senado (PEC 110) e na Câmara (PEC 45).

### ESTADÃO CONTEÚDO

Entraram em vigor no último domingo, 1º de março, as novas alíquotas de contribuição à Previdência Social, aprovadas na reforma da Previdência do ano passado. No caso do Instituto Nacional do Seguro Social, o INSS, as cobranças no contracheque passarão a ser de 7,5% a 14%, conforme a faixa de renda do trabalhador.

Para os servidores federais que ainda podem se aposentar com benefício acima do teto do INSS (hoje em R\$ 6.101,06), as alíquotas podem chegar a 22%, caso recebam alguma parcela acima do teto remuneratório de R\$ 39 mil mensais.

A mudança nas alíquotas foi defendida pelo governo sob o mote de "quem ganha mais paga mais". O objetivo foi ampliar as cobranças sobre altos salários do funcionalismo e trazer alívio para quem ganha menos.

Veja, logo abaixo, como ficam os valores para trabalhadores da iniciativa privada, autônomos, contribuintes facultativos e servidores federais.

rais.

### Quais são as novas alíquotas de contribuição da Previdência?

Para trabalhadores da iniciativa privada que ganham exatamente um salário mínimo (hoje em R\$ 1.045), a alíquota anterior de 8% resultava numa contribuição mensal de R\$ 83,60. A nova alíquota de 7,5% resultará em pagamento de R\$ 78,38 mensais.

### Quais são as novas alíquotas da Previdência para os servidores federais?

Caso o trabalhador seja servidor público civil da União, é preciso saber primeiro se pertence ao regime antigo (que permite se aposentar com salários acima do teto do INSS) ou do novo (para quem ingressou a partir de 2013, quando foi instituído o regime de Previdência complementar dos servidores).

Quem estiver na ativa vai seguir uma tabela progressiva de 7,5% a 22%. Um salário de até R\$ 1.045, por

exemplo, terá alíquota de 7,5%. Já um salário acima de R\$ 40.747,20 terá alíquota de 22%.

### Quem não será afetado pelas novas alíquotas da Previdência?

De acordo com a Secretaria de Previdência, os contribuintes individuais (conhecidos como autônomos) e os facultativos (todos aqueles com mais de 16 anos que não possuem renda própria, mas que querem contribuir para a Previdência), continuarão pagando as alíquotas atualmente existentes, cujo valor base é de 20% para os salários de contribuição que sejam superiores ao salário mínimo.

Para salários de contribuição igual ao valor do salário mínimo, valem as mesmas regras que já em vigor.

- Para o contribuinte individual que trabalhe por conta própria, sem relação de trabalho com empresa ou equiparado e o segurado facultativo, o recolhimento poderá ser mediante aplicação de alíquota de 11% sobre o valor do salário mínimo.

# Tribuna

## Fed faz corte extraordinário dos juros

G1

O Federal Reserve (Fed, banco central dos Estados Unidos) promoveu nesta terça-feira (3) um corte extraordinário, antes da próxima reunião, de 0,5 ponto percentual nas taxas de juros do país, em resposta aos possíveis impactos do coronavírus na economia.

Com a redução, as taxas de juros norte-americanas passaram para a faixa de 1% a 1,25%.

O BC dos EUA não fazia um corte de emergência desde 2008, quando o mundo sofria os efeitos da crise financeira internacional. O próximo encontro do Fomc (Comitê Federal de Mercado Aberto, na sigla em inglês) está agendado para 17 e 18 de março. O último ocorreu em janeiro.

No comunicado, após a decisão, o Fomc afirmou que a economia dos EUA segue forte, mas que o avanço do coronavírus traz riscos para a atividade econômica do país.

"O Comitê está monitorando de perto os desenvolvimentos e as implicações para as perspectivas econômicas e usará suas ferramentas e atuará conforme apropriado para apoiar a economia", escreveu Fomc no comunicado.

"Vimos risco para a perspectiva da economia e escolhemos agir", disse o presidente do Fed, Jerome Powell, em coletiva de imprensa. "Eu sei que a economia dos EUA é forte. Eu realmente espero que voltaremos a ter um crescimento sólido e também a um mercado de trabalho sólido." Nos últimos dias, uma atuação dos principais bancos centrais já era esperada por parte dos investidores. Nesta terça-feira, antes do anúncio do Fed, os ministros das Finanças e os presidentes dos BCs do G7 disseram que vão usar todas as ferramentas econômicas apropriadas para proteger a economia contra os riscos negativos do coronavírus.

## Bolsonaro suspende poderes de Guedes de abrir créditos

Medida seria uma espécie de blindagem com relação a insegurança jurídica existente em pontos do Orçamento Impositivo

Por Edna Simão, Raphael Di Cunto e Matheus Schuch — De Brasília

04/03/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

Em meio às discussões sobre o veto ao Orçamento impositivo e rumores de cobrança de resultados melhores resultados na economia, o presidente Jair Bolsonaro suspendeu “por tempo indeterminado” os poderes do ministro da Economia, Paulo Guedes, de abrir créditos orçamentários e remanejar gastos entre áreas do Orçamento de 2020. O despacho do presidente foi publicado ontem no “Diário Oficial da União”.

Nos bastidores, fontes informaram que a medida não está relacionada à perda de poder do ministro pelo fato do crescimento estar vindo aquém do desejado, mas é uma blindagem com relação a insegurança jurídica existente em pontos do Orçamento Impositivo - como restos a pagar, cuja regulamentação está sendo negociada com o Congresso Nacional. Oficialmente, o Ministério da Economia informa que Guedes foi quem solicitou a suspensão das competências devido ao fato de seus técnicos terem alertado sobre a incerteza jurídica na execução do Orçamento Impositivo neste ano.

Com o despacho, o presidente Bolsonaro passa a ser o responsável pelos atos de administração do orçamento, até que seja feita a regulamentação dos pontos do Orçamento Impositivo. “Na insegurança jurídica que vivemos, ele [Guedes] achou melhor devolver a competência ao presidente”, explicou um técnico da área econômica ao **Valor PRO**.

Por isso, segundo nota do ministério, “era recomendável que os atos de alterações orçamentárias, especialmente de abertura de crédito autorizados na LOA [Lei Orçamentária Anual] 2020 e de reabertura de crédito especiais continuassem a ser editados pelo presidente até que essa matéria esteja devidamente regulamentada pelo Congresso Nacional”. O ministério reforça que, em anos anteriores, o presidente da República havia delegado ao ministro a competência para autorizar o remanejamento de créditos orçamentários em situações específicas.

“Com a falta da regulamentação, as equipes técnicas ainda têm dúvidas sobre como o Orçamento Impositivo deve ser executado e se os instrumentos legais e administrativos atualmente existentes são suficientes para regular essa execução”, destaca o ministério. “Essas incertezas incluem até o exercício da competência transferida do presidente ao ministro pelo decreto ora suspenso”, complementa.

Em outra nota, a Subchefia de Assuntos Jurídicos do Planalto afirmou que a suspensão ocorreu para “evitar eventuais incertezas decorrentes do Orçamento Impositivo e sua devida regulamentação, razão pela qual mostra-se conveniente que a edição dos atos permaneça na esfera de competência do Presidente da República até que as alterações orçamentárias estejam devidamente definidas”.

Desde o início do ano, os técnicos da equipe econômica tentam chegar a um consenso sobre como aplicar algumas das regras estabelecidas no Orçamento Impositivo, mas até o momento não houve avanço. Para os técnicos da área econômica, o despacho do presidente Bolsonaro é “apenas uma precaução em virtude da impositividade do orçamento e das dúvidas ainda existentes em relação a possibilidade de fazer créditos autorizados na LOA”. Ou seja, o despacho estaria relacionado à questão burocrática e não à disputa de poder.

### Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

**LINK PATROCINADO**

Saiba como a Recovery te ajuda a negociar sua dívida  
RECOVERY

**LINK PATROCINADO**

Livre-se de manchas em roupas e outras 40 dicas e truques com WD-40  
MEDICAREGRANNY

**LINK PATROCINADO**

10 Alimentos para uma melhor digestão e metabolismo  
FLASHPOSTS.COM

**LINK PATROCINADO**

10 mudanças milagrosas que você irá notar comente sementes de sálvia todos os dias  
BITELISTS.COM

### Leia em Valor Investe

**VALOR INVESTE**

Bradesco mantém ações da Hypera em neutro, mesmo após aquisição

**VALOR INVESTE**

## Discutir agora agenda econômica e tributária foi estratégia, diz ministro

Opção visou um momento em que o governo já estivesse a par dos seus desafios, segundo Toffoli

Por Fernando Exman, Isadora Peron e Luísa Martins — De Brasília

04/03/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

### Destaques na pauta do STF

Toffoli prioriza temas econômicos, tributários e trabalhistas no primeiro semestre

Data prevista	Detalhes do caso	Impacto estimado
18 de março	Incidência do ICMS ou do ISS nas operações com softwares/comércio de programas de computador	Não calculado
1º de abril	Modulação dos efeitos da decisão que reconheceu não se incluir o ICMS na base de cálculo do PIS/Cofins	O Ministério da Economia estima impacto de R\$ 229 bilhões em 5 anos
1º de abril	Validade da sistemática não cumulativa das contribuições ao PIS e da Cofins	União estima para cinco anos um impacto de R\$ 107,8 bilhões para prestadoras de serviço e de R\$ 179,2 bilhões para demais empresas
2º de abril	Incidência da contribuição previdenciária devida pelos empregadores sobre o salário-maternidade	A União estima impacto de R\$ 6 bilhões em cinco anos
15 de abril	Discussão se o ICMS pode ser cobrado em relação à demanda contratada de energia elétrica ou se deve se restringir à energia elétrica efetivamente consumida	Não calculado
15 de abril	Cobrança do IPVA por Estado diverso daquele em que o veículo está licenciado, tema de interesse de locadoras de veículos	Não calculado. O Estado de Minas Gerais, que concentra grande parte do registro de frotas, pode ser um dos grandes afetados
16 de abril	Utilização da receita bruta proveniente da comercialização da produção como base de cálculo da contribuição previdenciária do produtor rural segurado especial	O Ministério da Economia estima impacto de R\$ 14,9 bilhões em cinco anos
30 de abril	Possibilidade de se interpretar extensivamente a lista de serviços sujeitos ao ISS	Não calculado
30 de abril	Contribuição destinada a Sebrae, Apex e ABDI após a entrada em vigor da Emenda Constitucional 33/01, que estabeleceu que as contribuições sociais e as CIDEs só podem ter alíquotas "ad valorem" se a base de cálculo for o faturamento, a receita bruta ou o valor da operação. Alega-se que essas contribuições não podem incidir sobre a folha de salários	A União estima impacto, para 5 anos, de \$ 19,8 bilhões para o SEBRAE; de R\$ 2,9 bilhões para o APEX; de R\$ 420 milhões para o ABDI; e de R\$ 8,4 bilhões para o INCRA, na hipótese de a decisão ser contrária a ela.
27 de maio	Inclusão do IPI na base de cálculo do PIS/COFINS recolhidas pelas montadoras de veículos em regime de substituição tributária. Quem recorre é uma concessionária de veículos	União estima que o impacto é de R\$ 8,9 bilhões em cinco anos, em caso de derrota

Fonte: Supremo Tribunal Federal (STF).

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, definiu a agenda econômica e tributária como a prioridade da corte para os próximos meses. Em entrevista exclusiva ao **Valor**, Toffoli disse que sua decisão foi estratégica: optou por deixar esse tema para um momento em que o governo já

estivesse a par dos seus desafios e, assim, não fosse surpreendido pelos chamados “esqueletos” do acervo do tribunal.

O impacto é relevante: se concluídos pelo plenário do STF, os julgamentos pautados podem destravar mais de 34 mil processos paralisados nas instâncias inferiores. Somados, eles teriam um impacto de aproximadamente R\$ 577,3 bilhões nas contas da União, em uma estimativa para cinco anos. O plano do presidente do STF é acabar com os impasses relativos, por exemplo, à tabela do frete e aos royalties do petróleo. E avançar nas pautas trabalhista e previdenciária.

## Julgamentos pautados no STF têm impacto estimado em R\$ 577 bi nas contas da União em um prazo de cinco anos

Toffoli recebeu o **Valor** no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), do qual também está à frente, para tratar especificamente dessa agenda. Ele deixará a presidência do Supremo e do CNJ em setembro, mas antes pretende fazer com que a corte chegue a decisões definitivas em processos que têm gerado insegurança jurídica a empresários, trabalhadores e investidores.

“A ideia é dar uma pacificação, previsibilidade, segurança jurídica. E também mostrar que, se tem todo esse tema tributário e econômico, é por causa da extensão da Constituição”, afirmou Dias Toffoli. “Essa alta judicialização é efeito da alta constitucionalização que nós temos de todos os temas.”

Ele também observou que a indefinição jurídica sobre temas econômicos de interesse da União gera um provisionamento de valores trilionários no Orçamento - “dinheiro parado, preso, que, no fim, só beneficia os bancos”, afirmou.

Toffoli contou que desde que assumiu o cargo, em setembro de 2018, tinha em mente criar uma agenda de temas econômicos, particularmente tributários e trabalhistas. No entanto, revelou, preferiu esperar que o presidente Jair Bolsonaro e sua equipe se inteirassem da pauta econômica. “O governo estava no início. Colocar temas que podem impactar R\$ 30 bilhões no meio da votação da reforma da Previdência. Achei por bem deixar para este ano, para não criar marola”, sublinhou ele.

Seu plano já está em curso. Logo no início do ano judiciário, o Supremo deu sua primeira decisão colegiada de impacto econômico. Liberou as receitas decorrentes de exportações intermediadas por “trading companies” do pagamento de contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico (Cide). A medida afetou o setor do agronegócio, principalmente pequenos e médios produtores rurais, aumentando a competitividade de seus produtos no mercado externo.

Essa agenda vai prosseguir pelo menos até junho. E um dos casos mais esperados do ano está previsto para 1º de abril, quando os ministros julgarão um recurso da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) contra a decisão de que o ICMS não pode ser incluído na base de cálculo do PIS/Cofins. Será o momento em que o plenário vai sanar ao menos duas dúvidas: se a decisão tomada em 2017 só vale para casos futuros ou se precisa retroagir; e se o valor do imposto a ser excluído é aquele destacado na nota fiscal ou o efetivamente pago pelo contribuinte.

“Na maior parte das vezes, os tribunais locais não aplicam a decisão até que se julguem os embargos. Então é importante dar um encerramento a esse caso”, explicou Toffoli, que prevê um placar apertado. A conclusão dos ministros pode ter impacto fiscal de até R\$ 229 bilhões em cinco anos e destravar mais de 9 mil processos.

Agendada para o dia 18 de março, a tributação do comércio de softwares, que pode aumentar em 360% a carga de impostos sobre esses bens, é outra ação desafiadora para o Supremo. Em meio a críticas sobre a demora em determinados julgamentos, o plenário decidirá sobre um assunto que envolve um mercado extremamente dinâmico - o da economia digital.

“Há críticas que a gente considera incorretas, mas algumas são corretas. Uma questão julgada pelo Superior Tribunal de Justiça que, depois, leva cinco anos para ser votada no Supremo, e ainda para mudar [a decisão]... Isso causa um problema na economia”, ponderou o presidente do Supremo.

Toffoli citou ainda que diversas controvérsias pautadas para os primeiros meses de 2020 podem acabar nem chegando à análise da corte, se derem certo as tentativas de resolução mediante acordo entre as partes. É o caso dos novos critérios para a distribuição dos royalties do petróleo, suspensos desde 2013 por liminar da ministra Cármen Lúcia e pautados para 29 de abril. Outros exemplos são a divisão per capita do salário-educação e o tabelamento do frete, esses ainda sem data definida para julgamento.

“Se você não tentar uma conciliação, qualquer decisão é muito boa para um lado e muito ruim para o outro”, destacou o presidente do Supremo. “Se chegar a um acordo, melhor. Se não houver, vamos ter de julgar.”

Especificamente em relação ao frete, o presidente do STF vê o acordo como a opção mais razoável dentro de um contexto que considera “delicado”. Concebido como uma saída emergencial para conter a greve dos caminhoneiros no governo de Michel Temer, o tabelamento traz consigo o que o ministro chama de “traumas do passado”: a imposição de valores altos a serem custeados pelo Estado.

“Até hoje se arca com o tabelamento do preço do açúcar. Há uma série de ações em que foi definido que o Estado tem que indenizar. As ações das companhias aéreas contra o tabelamento do valor de passagens, por exemplo”, citou Toffoli. “São esqueletos que estão em precatórios, em fase de pagamento, que já foram decididos. Mas isso tudo mostra que a questão do tabelamento gera uma intervenção do Estado na economia. O custo acaba sendo suportado pelo Estado, impactando a liberdade econômica”, destacou Toffoli.

A pauta do STF também vai atingir a economia dos Estados e dos municípios. Em 16 de abril, o STF vai julgar se é constitucional que a União os inscreva em cadastros de inadimplência, o que impede repasses federais e, consequentemente, paralisa a execução de uma série de políticas públicas. A decisão deve pôr fim a um impasse observado por diversos governos estaduais e municipais, que só têm conseguido operar seus orçamentos graças a decisões liminares proferidas pela própria presidência da corte.

Na avaliação de Toffoli, como o Ministério da Economia ainda não conseguiu uma solução satisfatória para esses casos, essa ainda é a única medida capaz de preservar a prestação de serviços básicos à população, como educação e saúde.

“Desde a transição, em novembro de 2018, quando eu tive a primeira conversa com o [ministro da Economia] Paulo Guedes, ele fala em pacto federativo. Mas, até agora, não apareceu nada concreto. Então isso [a concessão de liminares] acaba acontecendo porque não há uma resolução mais geral de todo esse quadro, de repactuação do pacto federativo”, explicou.

Até junho, também estão na pauta questões trabalhistas - jornada de trabalho intermitente, responsabilidade do empregador por acidente de trabalho, prevalência de acordos coletivos sobre a legislação, cálculo do dano moral e uso da Taxa Referencial para correção de FGTS. Está prevista ainda a conclusão de um julgamento sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), em que já há maioria formada para proibir Estados e municípios em crise de reduzirem os salários de servidores públicos.

Há outros processos de interesse econômico que ainda não estão agendados, mas, de acordo com o ministro, devem entrar no calendário neste ano do STF: reforma da Previdência, benefícios fiscais nas operações com agrotóxicos, imunidade tributária a empresas optantes do Simples e isenção do Imposto de Renda para trabalhadores ativos portadores de doença grave.

Empatada em 4 a 4, a ação que julga a legalidade de um decreto envolvendo a Petrobras só deve ter seu desfecho depois do retorno do ministro Celso de Mello, em licença médica até 19 de março. O decreto em questão estabeleceu processo especial de cessão de direitos de exploração de petróleo, fora do procedimento previsto na Lei de Licitações.

De acordo com Toffoli, outro tema que eventualmente chegará ao plenário diz respeito a uma suposta manobra para burlar a decisão do STF que dispensou aval do Congresso para a privatização de subsidiárias de estatais. A Corte tem sido provocada a se manifestar sobre isso em uma série de reclamações, de relatoria do ministro Ricardo Lewandowski. As petições narram o fatiamento proposital de empresas-mãe para que a alienação se torne possível. “O conceito já foi definido. A questão é se está havendo um fatiamento indevido para criar falsas subsidiárias”, disse o presidente.

Toffoli preferiu não se posicionar sobre temas relativos ao Judiciário em discussão no Congresso Nacional, como a Proposta de Emenda Constitucional que institui a possibilidade de execução de pena após condenação em segundo grau. Questionado a dar sua opinião sobre a extensão desse entendimento a crimes tributários, o ministro disse: “Isso é competência do Congresso e eu procuro evitar de ficar comentando”.

Em relação à reforma tributária, o presidente do STF afirmou que não tem havido interlocução com o Congresso para tratar dessa pauta. “A minha filosofia aqui é que a gente enfrente estes temas. Até para balizar eventualmente entendimentos do Congresso”, disse Toffoli.

Ele também vê como atribuição exclusiva do Legislativo a regulamentação sobre a tributação de grandes fortunas. Há uma ação no STF, ainda em fase inicial de tramitação, que pede à corte uma declaração de omissão do Congresso ao regulamentar o tema. “Não se pode criar tributo por decisão judicial. Isso é ativismo”, declarou.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

### LINK PATROCINADO

Médico Brasileiro: Sonolência durante o dia é sinal de alerta  
VITAL 4K

### LINK PATROCINADO

Óleo em gotas pode te livrar de dores nas articulações utilizando modo fácil  
EXTRATO VMD<sup>3</sup>

### LINK PATROCINADO

O jogo de estratégia mais viciante de 2020!  
TOTAL BATTLE: JOGO DE ESTRATÉGIA

### LINK PATROCINADO

O segredo para comprar na Americanas que as pessoas não sabem  
CUPONOMIA

---

## Leia em Valor Investe

### VALOR INVESTE

Bolsonaro diz que textos de WhatsApp têm 'cunho pessoal'

### VALOR INVESTE

Coronavírus pode “estar batendo em nossas portas”, diz OMS

### VALOR INVESTE

Governo britânico admite abandonar negociações com a União Europeia

## Governo cede e assegura manutenção de vetos

Mensagem de Bolsonaro em redes sociais mantém tensão

Por Fabio Murakawa, Matheus Schuch, Vandson Lima, Renan Truffi, Marcelo Ribeiro, Raphael Di Cunto e Andrea Jubé — De Brasília

04/03/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas



Alcolumbre: "Vamos manter o veto presidencial, que foi acordado, e votar a regulamentação do Orçamento Impositivo" — Foto: Beto Barata/Agência Senado

Após duas semanas de crise entre os dois Poderes, o Planalto cedeu e refez o acordo com os parlamentares para assegurar a manutenção dos vetos presidenciais que diminuem o caráter impositivo do Orçamento. Um dos vetos, o 52, retira desta condição R\$ 30,8 bilhões das emendas do relator. Mas, por meio de projetos de lei encaminhados ainda ontem, o governo aceitou a partilha desse valor entre Executivo e Legislativo.

O acerto, entretanto, não encerra a crise porque após horas de negociação, o presidente Jair Bolsonaro, preocupado com a reação de seus apoiadores, foi às redes sociais negar qualquer tratativa com os parlamentares. O filho dele, deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), também negou o acerto. "O Congresso queria tomar bilhões do pouco que o presidente pode gastar. Agora o Congresso não tomará nada do valor previsto, só o possível excedente", disse.

Cerca de uma hora depois, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), suspendeu a sessão, anunciou que os vetos serão votados hoje e os projetos regulamentando a execução do Orçamento, na próxima semana.

O adiamento dessa votação coloca em dúvida a concretização do acordo. O grupo Muda Senado, parte dos senadores do MDB e dos deputados do PSL também contestaram as negociações, contribuindo para o adiamento do desfecho.

O acordo retomado manteve os termos das negociações iniciadas antes do Carnaval e conduzidas pelo ministro da Secretaria de Governo, Luiz Eduardo Ramos, em que os parlamentares votariam pela manutenção da maioria dos vetos, em troca da partilha dos R\$ 30,8 bilhões.

Um acordo tácito prevê que o destino de R\$ 10 bilhões será definido pelos deputados, enquanto R\$ 5 bilhões ficarão na cota dos senadores.



“Vamos manter o veto presidencial, que foi acordado, e vamos votar a regulamentação do Orçamento Impositivo”, disse o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP). “A regulamentação do Orçamento é o fortalecimento das instituições, o Congresso em nenhum momento quis fazer parlamentarismo branco”, disse.

Alcolumbre recebeu um gesto do governo em um dos projetos do pacote acordado, que encaminhou a mudança de uma emenda dele para destinar R\$ 6,5 milhões para cirurgias no Amapá, sua base eleitoral.

Mas a negativa de Bolsonaro e do deputado Eduardo Bolsonaro sobre o diálogo com o Congresso mantém o ambiente de tensão entre os Poderes, que remonta ao endosso do presidente às manifestações contra os parlamentares e às declarações do ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), Augusto Heleno, que chamou os parlamentares de “chantagistas”. Também partiu de Heleno, em um áudio vazado das redes oficiais do governo, a acusação de que o Congresso quer submeter Bolsonaro a um “parlamentarismo branco”.

Com a turbulência ainda acentuada, o acordo celebrado ontem esfria, mas não encerra a crise entre os Poderes. Nos bastidores, as duas Casas articulam respostas aos ataques impostos ao Congresso pelos seguidores de Bolsonaro, estimulados por aliados do presidente e endossados por alas do governo.

Ontem a comissão do Congresso que analisa a medida provisória (MP) do 13º do Bolsa Família aprovou o parecer do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), que torna o benefício permanente (o governo previu apenas um pagamento, no ano passado) e estende o adicional aos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC), voltado para idosos e pessoas com deficiência de baixa renda.

A ampliação dos benefícios custará, segundo o relator, R\$ 7,5 bilhões por ano. Para bancá-los, ele prevê a tributação retroativa dos fundos de investimentos exclusivos, com arrecadação que chegará a R\$ 10 bilhões.

A medida já chegou a ser proposta pelo Executivo, mas nunca avançou porque afetaria as contas já existentes. O Centrão se aliou à oposição para aprovar o parecer sobre a MP após semanas de falta de quórum.

Em outra frente, o Senado prepara a votação do requerimento do líder do PT, Rogério Carvalho (SE), convocando Heleno para que ele esclareça, em audiência pública no plenário da Casa, por que acusou os parlamentares de “chantagearem” o Executivo “o tempo todo”. Há uma articulação para que o pedido seja votado ainda hoje em sessão do Senado.

Nas conversas com Alcolumbre na última segunda-feira, lideranças do governo fizeram um apelo para que ele não misturasse a votação da convocação de Heleno com a análise dos vetos presidenciais. O Planalto tenta passar a percepção de que as críticas de Heleno são individuais, e não representam a opinião do governo.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

### LINK PATROCINADO

Médico Brasileiro: Sonolência durante o dia é sinal de alerta  
VITAL 4K

### LINK PATROCINADO

Salvador oferece nova oportunidade de crédito para empresários  
BIZCAPITAL

### LINK PATROCINADO

O melhor distribuidor drop nacional mizuno lançamento a R\$79,90  
WWW.MIXBARATO.NET

### LINK PATROCINADO

O jogo de estratégia mais viciante de 2020!  
TOTAL BATTLE: JOGO DE ESTRATÉGIA

---

## Leia em Valor Investe

### VALOR INVESTE

Coronavírus pode “estar batendo em nossas portas”, diz OMS

### VALOR INVESTE

Bradesco mantém ações da Hypera em neutro, mesmo após aquisição

### VALOR INVESTE

Bolsonaro diz que textos de WhatsApp têm ‘cunho pessoal’

---

## Mais do Valor Econômico

**Indústria cresce 0,2% no 4º tri e 0,5% no ano, mas extrativa tem pior resultado desde 2016**

## Ministro coloca prazo de 15 semanas para reformas

Guedes apresenta um cronograma para a aprovação dos temas que estão em análise no Congresso

Por **Lu Aiko Otta e Edna Simão** — De Brasília

04/03/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

O ministro da Economia, Paulo Guedes, apresentou ontem a um grupo de representantes de movimentos de rua um cronograma de 15 semanas para a aprovação das reformas econômicas que estão em análise no Congresso Nacional. E da reforma administrativa, que ainda está em análise no Palácio do Planalto.

Ele pediu apoio das entidades e afirmou que tem 15 semanas para mudar o Brasil. O prazo coincide com o recesso de meio de ano do Congresso. No segundo semestre, é baixa a possibilidade de aprovação de temas complexos, pois os parlamentares estarão focados nas eleições municipais.

Na área econômica, a informação é que o cronograma é uma espécie de planejamento do esforço a ser feito na tramitação dos projetos. Mas, evidentemente, o ministério não pode fixar prazos, uma vez que as decisões cabem ao Congresso.

“Nos comprometemos a apoiar as reformas que considerarmos adequadas”, disse o coordenador nacional do Movimento Brasil Livre (MBL), Rubens Nunes. O MBL tem, por exemplo, restrições à reforma tributária. “As propostas que estão no Congresso inviabilizam o comércio e o setor de serviços, além de onerar a cesta básica”, disse.

A entidade considera importante, por outro lado, aprovar uma reforma administrativa para reduzir o tamanho da máquina e a redefinição do pacto federativo.

Nunes considera o cronograma apertado, mas factível. O próprio Guedes teria reconhecido dificuldade na tramitação dos projetos, dada a complexidade dos temas e o fato de as mudanças contrariarem interesses de determinados segmentos.

O MBL vai apoiar a tramitação das reformas no Congresso e por meio das redes sociais. O movimento não tem manifestações programadas para o dia 15.

As organizações haviam sido convidadas para uma reunião com o ministro, por haver demonstrado interesse em dar apoio à aprovação das reformas. A audiência, porém, foi cancelada. O secretário especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados, Salim Mattar, ofereceu então um almoço em sua residência para os representantes. E iniciou o encontro desculpando-se pela ausência do ministro. Mas este apareceu de última hora.

Guedes almoçou com o presidente Jair Bolsonaro, mas decidiu passar pela recepção oferecida por Salim. Ficou cerca de 40 minutos com os representantes dos movimentos e explicou a eles o processo de tramitação das reformas. Falou também sobre a importância delas para o Brasil alcançar o crescimento sustentável.

### Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por [taboola](#)

#### LINK PATROCINADO

Médico Brasileiro: Sonolência durante o dia é sinal de alerta  
VITAL 4K

#### LINK PATROCINADO

Relógio Naviforce edição especial GRF + frete grátis em Salvador  
USEGIRAFFE

#### LINK PATROCINADO

O jogo de estratégia mais viciante de 2020!  
TOTAL BATTLE: JOGO DE ESTRATÉGIA

#### LINK PATROCINADO

Óleo em gotas pode te livrar de dores nas articulações utilizando modo fácil  
EXTRATO VMD<sup>3</sup>

### Leia em Valor Investe

#### VALOR INVESTE

Coronavírus pode “estar batendo em nossas portas”, diz OMS

#### VALOR INVESTE

Bolsonaro diz que textos de WhatsApp têm ‘cunho pessoal’

## Projeto de lei altera presidência do Carf

Comissão de Assuntos Econômicos do Senado aprovou proposta para mudar a forma de indicação para a presidência e vice-presidência do Conselho

Por **Beatriz Olivon** — De Brasília

04/03/2020 05h02 · Atualizado há 5 horas

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) aprovou ontem proposta para mudar a forma de indicação para a presidência e vice-presidência do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) e de suas turmas julgadoras. Pelo Projeto de Lei (PL) nº 6.395, de 2019, haveria alternância entre representantes da Receita Federal e dos contribuintes.

A mudança, não prevista na proposta de atualização do regimento interno do Carf em consulta pública, poderá ter efeito no voto de qualidade, que é o desempate dos presidentes. Atualmente, todos são representantes da Fazenda.

O parecer aprovado será encaminhado ao Plenário do Senado e, posteriormente, para a Câmara dos Deputados. O projeto, do senador Luiz Pastore (MDB/ES), estabelece que a troca terá que ser feita a cada ano.

A intenção do projeto, segundo o senador, é garantir imparcialidade no Conselho. No projeto, Pastore cita que, na Câmara Superior, dos casos de empate decididos por voto do presidente, 71% tiveram desfecho favorável à União, segundo dados do Carf. Alguns especialistas estimam que o percentual chegue a 100%, com base em levantamento da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

No parecer, a senadora Kátia Abreu (PDT), concordou com o autor da proposta. "O voto de desempate sempre atribuído aos representantes da administração corrói a paridade desejada", afirma. Para a senadora, não adianta o Conselho se dizer paritário se no caso de empate a questão é sempre resolvida por representantes do Fisco.

Segundo o advogado João Marcos Colussi, sócio do Mattos Filho, o voto de qualidade é uma deformidade do sistema que leva as discussões relevantes para o Judiciário. "A Câmara Superior reverte decisão favorável da turma baixa e o contribuinte vai à Justiça questionar o voto de qualidade, aumentando a judicialização", afirma.

Já para o Carf, o projeto de lei parte da premissa equivocada de que o voto de qualidade vem crescendo no órgão e que há parcialidade nas decisões. Segundo informou o órgão por meio de nota, 4,8% das decisões tem o voto de qualidade e seu uso vem caindo a cada ano. O modelo atual, acrescenta o órgão, é mais equilibrado porque os contribuintes podem buscar o Judiciário, até se perderem por unanimidade, enquanto para a Fazenda as decisões são definitivas.

O Conselho pondera ainda na nota que, se a decisão é de um tribunal administrativo, é correto que o desempate seja de um representante da Fazenda Pública. A proposta do projeto de lei, de acordo com o órgão, não pode ser contemplada pelas alterações regimentais em consulta pública.

### Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

#### LINK PATROCINADO

Médico Brasileiro: Sonolência durante o dia é sinal de alerta  
VITAL 4K

#### LINK PATROCINADO

Óleo em gotas pode te livrar de dores nas articulações utilizando modo fácil  
EXTRATO VMD<sup>3</sup>

#### LINK PATROCINADO

O jogo de estratégia mais viciante de 2020!  
TOTAL BATTLE: JOGO DE ESTRATÉGIA

#### LINK PATROCINADO

Sandália anatômica de couro legítimo ideal para quem preza o conforto  
COMFORT SHOES

### Leia em Valor Investe

#### VALOR INVESTE

Coronavírus pode "estar batendo em nossas portas", diz OMS

#### VALOR INVESTE

Bolsonaro diz que textos de WhatsApp têm 'cunho pessoal'

## SP aprova reforma da Previdência em meio a protesto

PEC enviada por Doria recebeu 59 votos a favor e 32 contrários; Tropa de Choque da PM reprime manifestações de servidores

Por **Cristiane Agostine** — De São Paulo

04/03/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

A reforma da Previdência dos servidores públicos estaduais de São Paulo foi aprovada ontem em meio a protestos e tumulto. A Tropa de Choque reprimiu manifestações dentro da Assembleia Legislativa do Estado, e policiais militares jogaram spray de pimenta e bombas de gás em servidores que protestavam do lado de fora do plenário. A proposta de emenda à Constituição (PEC) da Previdência enviada pelo governador João Doria (PSDB) recebeu 59 votos a favor (dois votos a mais do que o necessário para aprová-la) e 32 contrários, no segundo turno da votação.

Na tentativa de acompanhar a votação da reforma da Previdência e protestar contra a medida, manifestantes entraram na Assembleia, depois de forçar uma das portas do local, e foram reprimidos por policiais. Em meio ao tumulto, houve correria e depredações. Do lado de fora da Assembleia, a polícia jogou bombas de gás lacrimogêneo e atirou com balas de borracha contra servidores.

O deputado Carlos Giannazi (Psol) reclamou da aprovação da reforma e da violência contra os protestos. "Colocaram a tropa de choque para atirar bala de borracha e gás de pimenta nos trabalhadores, que exerciam seu direito constitucional de manifestação pacífica", afirmou. O deputado Douglas Garcia (PSL), chamou os manifestantes de "terroristas, guerrilheiros e animais irracionais" por "destruírem o patrimônio público na Assembleia. Na votação, o PSL, com a maior bancada, se dividiu: oito votaram a favor, cinco contra e dois apoiaram a obstrução.

Presidente da Assembleia paulista, Cauê Macris disse que sua obrigação é "garantir a democracia, o direito dos 94 deputados se manifestarem e votarem a favor ou contra a qualquer projeto", e "também a manifestação do público". "O que não permitiremos é vandalismo", disse.

No segundo turno da votação, a PEC recebeu mais votos a favor. No primeiro turno, há duas semanas, foram 57 pela aprovação da proposta e 31 contrários.

A PEC estabelece uma idade mínima para aposentadoria, de 62 anos para mulheres e 65 para homens, acaba com adicionais por tempo de serviço e proíbe a acumulação de vantagens temporárias - como o recebimento de valores adicionais na aposentadoria por ter exercido cargos de chefia no serviço público. Entre as mudanças estão o aumento da alíquota de contribuição de 11% para 14% e a exigência do tempo mínimo de contribuição de 25 anos no caso de aposentadoria voluntária.

Professores, policiais civis, agentes de vigilância e de escolta penitenciários, e servidores que tenham condições especiais ou com deficiência terão regras diferenciadas. Para professores, a idade mínima de aposentadoria será de 51 anos para mulheres e 56 para homens. Policiais civis e agentes penitenciários, de ambos os sexos, podem se aposentar a partir dos 55 anos. Os militares não foram incluídos na reforma e o governo disse que seguirá a decisão do Congresso sobre o projeto que está em tramitação e trata das regras de inatividade de militares.

Doria comemorou a aprovação da reforma e disse que o Estado deve recuperar o equilíbrio fiscal e a capacidade de investimento. O governo tem a expectativa de economizar R\$ 32 bilhões em dez anos. "O gasto com previdência em São Paulo já é maior do que o orçamento de saúde, educação e segurança", afirmou o governador.

### Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

#### LINK PATROCINADO

Médico Brasileiro: Sonolência durante o dia é sinal de alerta  
VITAL 4K

#### LINK PATROCINADO

O jogo de estratégia mais viciante de 2020!  
TOTAL BATTLE: JOGO DE ESTRATÉGIA

#### LINK PATROCINADO

Óleo em gotas pode te livrar de dores nas articulações utilizando modo fácil  
EXTRATO VMD<sup>3</sup>

#### LINK PATROCINADO

Pneu Aptany com ótimo desempenho e acabamento.  
PNEUSTORE.COM.BR

### Leia em Valor Investe

#### VALOR INVESTE

Coronavírus pode "estar batendo em nossas portas", diz OMS

## Supermercados perdem disputa sobre sacola plástica

STJ entende que produto não gera créditos de ICMS

Por Joice Bacelo — De Brasília

04/03/2020 05h02 · Atualizado há 5 horas



Benedito Gonçalves; produto não é essencial às atividades dos supermercados — Foto: Divulgação/STJ

A aquisição de sacolas plásticas pelos supermercados, para que os clientes possam levar suas compras para casa, não gera crédito de ICMS. A decisão é da 1ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que analisou recurso apresentado pelo Rio Grande do Sul. O entendimento é o mesmo adotado pela 2ª Turma - o que impede a análise do tema pela seção de direito público.

A discussão, afirmou o relator do caso na 1ª Turma, o ministro Benedito Gonçalves, está em saber se as sacolas plásticas são insumos indispensáveis à atividade dos supermercados. Se for, acrescentou, pode haver o aproveitamento de crédito.

Em seu voto, porém, considerou que o produto não é essencial. O entendimento foi seguido, de forma unânime, pelos demais julgadores da 1ª Turma. Para os ministros trata-se de “uma espécie de comodidade” oferecida pelo supermercado aos seus clientes.

A situação é diferente, afirmaram, da aquisição dos filmes plásticos que são usados para embalar alimentos perecíveis. Esses produtos foram considerados essenciais pelos ministros e, ao contrário das sacolas plásticas, geram créditos de ICMS.

O caso analisado envolve o Supermercado Criswan (REsp nº 1830894), que havia obtido decisão favorável no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJ-RS). Os desembargadores entenderam que as sacolas plásticas integram o custo das mercadorias vendidas e que a rede teria direito ao creditamento, em razão do princípio da não cumulatividade do imposto.

No recurso ao STJ, o Estado do Rio Grande do Sul argumentou, porém, que as sacolas plásticas não são revendidas nem se agregam aos produtos comercializados, “sendo tão somente uma comodidade oferecida aos clientes do estabelecimento como forma de fidelização e publicidade, razão pela qual não gerariam o direito ao crédito de ICMS em sua aquisição”.

A maioria dos Estados não aceita o creditamento decorrente da aquisição das sacolas plásticas. São Paulo, por exemplo, publicou em maio do ano passado a Decisão Normativa CAT nº 4 para informar aos contribuintes que é vedado o crédito relativo à aquisição de tais produtos pelo estabelecimento comercial que os distribui gratuitamente aos seus clientes.

O Estado de São Paulo afirma, na norma, que as sacolas plásticas “não integram o produto a ser revendido, nem são consumidas em processo de industrialização, motivo pelo qual não podem ser consideradas insumos e não agregam aos custos das mercadorias”.

A Decisão Normativa CAT nº 4 cita a decisão que foi proferida pela 2ª Turma do STJ sobre esse tema. Trata-se do REsp nº 1.393.151, de relatoria do ministro Humberto Martins.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

### LINK PATROCINADO

Médico Brasileiro: Sonolência durante o dia é sinal de alerta  
VITAL 4K

### LINK PATROCINADO

O melhor distribuidor drop nacional mizuno lançamento a R\$79,90  
WWW.MIXBARATO.NET

### LINK PATROCINADO

Óleo em gotas pode te livrar de dores nas articulações utilizando modo fácil  
EXTRATO VMD<sup>3</sup>

### LINK PATROCINADO

O jogo de estratégia mais viciante de 2020!  
TOTAL BATTLE: JOGO DE ESTRATÉGIA

---

## Leia em Valor Investe

### VALOR INVESTE

Bolsonaro diz que textos de WhatsApp têm 'cunho pessoal'

### VALOR INVESTE

Coronavírus pode “estar batendo em nossas portas”, diz OMS

### VALOR INVESTE

Governo britânico admite abandonar negociações com a União Europeia

---

## Mais do Valor Econômico

### Análise: Resultado do PIB revela composição desfavorável

Desempenho de 2019 mostra uma economia com dificuldade de firmar a recuperação cíclica num ritmo mais forte, a despeito dos juros baixos